



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ALINE VITÓRIA MOREIRA TEXEIRA

**JUVENTUDES E TRABALHO DECENTE: PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE
O MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA/CE**

FORTALEZA

2022

ALINE VITÓRIA MOREIRA TEXEIRA

JUVENTUDES E TRABALHO DECENTE: PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA/CE

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão de Políticas Públicas do
Departamento de Estudos
Interdisciplinares da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Gestão
de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica
Salgueiro do Nascimento.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T336 Texeira, Aline Vitória Moreira.
 Juventudes e Trabalho Decente: Percepções dos Jovens sobre o Mercado de Trabalho em Fortaleza/CE / Aline Vitória Moreira Texeira. – 2022.
 80 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
 Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.
1. Juventudes. 2. Trabalho Decente. 3. Políticas públicas . 4. Mercado de trabalho . I.
 Título.

CDD 320.6

ALINE VITÓRIA MOREIRA TEXEIRA

Juventudes e Trabalho Decente: Percepções dos Jovens sobre o Mercado de Trabalho em Fortaleza/CE

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Ceará(UFC)

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Helena Stela Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais e tias.

À minha querida avó.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha mãe pelo apoio durante toda a graduação, por ser amiga, parceira e por me consolar nos momentos difíceis, por comemorar cada passo e cada conquista, e principalmente por ser uma mãe tão amorosa, leve e divertida. Com você tudo fica mais fácil.

Agradeço ao meu pai, por todo amor e suporte.

Agradeço às minhas tias, que estiveram presente em todos os momentos da minha vida e tiveram um papel fundamental no meu desenvolvimento, sem vocês essa caminhada teria sido muito mais difícil.

Agradeço de todo o coração a minha avó, Irene, pela presença constante, por ser um exemplo de mulher e por todos os ensinamentos que nenhuma universidade seria capaz de ensinar.

Sei que mesmo nos momentos mais difíceis vocês estiveram ao meu lado e sei que estarão sempre torcendo por mim! Amo muito vocês!

Agradeço aos professores do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará por todos os momentos de aprendizagem proporcionados.

Agradeço à professora Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento pela orientação e pelo incentivo durante a produção da monografia.

Agradeço às professoras participantes da banca examinadora, Suely Salgueiro Chacon e Helena Stela Sampaio, pelo tempo e disponibilidade.

E por último, agradeço aos meus queridos amigos e amigas, Giovana Oliveira, Geovanna Costa, Israel Massambani, Pedro Henrique e Wesley Braga. Obrigada pela parceria ao longo desses quase cinco anos, com vocês os momentos difíceis se tornaram mais leves. Agradeço pelas doces memórias que construímos juntos, pelas risadas e pelas trocas que tivemos ao longo da graduação. Espero que nossa amizade perdure por muitos anos.

“Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um estranho ímpar.” *Carlos Drummond de Andrade*

RESUMO

Juventude é uma construção social e histórica, para além de um recorte etário está relacionada a elementos de classe, raça, gênero e outros aspectos sociais. Os diversos grupos juvenis inseridos dentro dessa categoria resultaram na necessidade de pensar na utilização do termo “juventudes” para que fosse possível incluir suas mais diversas representações e ampliar a compreensão do conceito de juventude. Assim, diante da relevância da temática no Brasil, torna-se importante pensar políticas públicas que garantam o seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, atenta-se para a importância das políticas públicas de geração de emprego e renda voltadas para os jovens no mercado de trabalho de Fortaleza/CE, sobretudo que tornem possível o desenvolvimento de suas atividades de forma decente, com boas condições de trabalho, remuneração justa e igualdade de oportunidades para todos. O presente trabalho buscou analisar as expectativas e os desafios enfrentados pelos jovens ao buscar a inserção no mercado de trabalho em Fortaleza, para isso se utilizou do método qualitativo e da pesquisa exploratória e descritiva, sendo realizada a análise bibliográfica e documental. A pesquisa atingiu 23 jovens de 17 bairros de Fortaleza e Região Metropolitana. Para a coleta de dados o instrumento utilizado foi o questionário, aplicados no dia 29 de junho de 2022 no Núcleo de Iniciação Profissional (NIP) e para a análise dos dados a estratégia metodológica utilizada foi a triangulação de dados. Revelou-se que a falta de experiência é o principal desafio enfrentado pelos jovens, quanto às expectativas, uma parcela apenas quer conseguir um emprego, outros buscam adquirir conhecimento e crescer profissionalmente atribuindo a si mesmo grandes responsabilidades. Conclui-se que devido a maior vulnerabilidade das juventudes ainda é necessário proteger e proporcionar aos jovens condições adequadas para seu pleno desenvolvimento.

Palavras-chaves: Políticas públicas; Juventudes; Trabalho Decente; Mercado de trabalho

ABSTRACT

Youth is a social and historical construction, beyond an age cut-off it is related to elements of class, race, gender, and other social aspects. The several juvenile groups inserted within this category resulted in the need to think about the use of the term "youth" so that it would be possible to include its most diverse representations and broaden the understanding of the concept of youth. Thus, in face of the relevance of the theme in Brazil, it becomes important to think about public policies that guarantee its full development. In this way, we pay attention to the importance of public policies for the generation of employment and income aimed at young people in the job market in Fortaleza/CE, especially those that make it possible for them to develop their activities in a decent way, with good working conditions, fair pay, and equal opportunities for all. The present work sought to analyze the expectations and challenges faced by young people when they seek insertion in the job market in Fortaleza, for this we used the qualitative method and exploratory and descriptive research, with bibliographic and documental analysis. The research reached 23 young people from 17 neighborhoods in Fortaleza and the metropolitan area. For data collection the instrument used was the questionnaire, applied on June 29, 2022 at the Núcleo de Iniciação Profissional (NIP) and for data analysis the methodological strategy used was data triangulation. It was revealed that the lack of experience is the main challenge faced by young people, as for expectations, a portion just wants to get a job, others seek to acquire knowledge and grow professionally assigning themselves great responsibilities. It is concluded that due to the greater vulnerability of youth it is still necessary to protect and provide young people with adequate conditions for their full development.

Keywords: Public policies; Youths; Decent Work; Labour market

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 - Sequências, de fatos e eventos em torno da criação do Subcomitê e da Construção da Agenda e do Plano da ANTDJ	35
Figura 2 - Mapa da cidade de Fortaleza/CE	40
Quadro 1 - Prioridades e linhas de ação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude	36
Gráfico 1 - Proporção trimestral de ocupados e de desempregados na população jovem (2013-2018) (Em %)	31
Gráfico 2 - Idade x respondentes.....	41
Gráfico 3 - Gênero da amostra da população (em %)	41
Gráfico 4 - Nível de escolaridade da amostra da população (em %)	42
Gráfico 5 - Raça/Cor	43
Gráfico 6 - Renda familiar da amostra da população (em %)	44
Gráfico 7 - Motivos que levam a buscar emprego	45
Gráfico 8 - Desafios mencionados ao tentar entrar no mercado de trabalho	46
Gráfico 9 - Possíveis formas de superar os desafios	47
Gráfico 10 - Sentimento em relação ao mercado de trabalho	48
Gráfico 11 - Expectativas para a inserção no mercado de trabalho	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
3 A NOÇÃO DE JUVENTUDE ATRAVÉS DO TEMPO	15
3.1 Juventudes: considerações iniciais	15
3.2 Contextualização histórica	16
3.2.1 A juventude na Roma Antiga	16
3.2.2 A juventude na Idade Média	17
3.2.3 A juventude na Idade Moderna	18
3.2.4 A Juventude na Idade Contemporânea	20
4 JUVENTUDES NO BRASIL	23
4.1 Políticas Públicas voltadas à geração de emprego e renda para a Juventude no Brasil	24
4.2 Políticas Públicas de inserção ao mercado de trabalho em Fortaleza	26
5 A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	29
5.1 A importância do trabalho para as juventudes	29
5.2 A relação entre crises econômicas e as vulnerabilidades das juventudes	30
6 TRABALHO DECENTE E JUVENTUDES	34
7 ACHADOS DA PESQUISA: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS	39
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS	59

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 26,8% da população brasileira era composta por jovens de 15 a 29 anos, aproximadamente 34 milhões de pessoas. De 2010 para o ano de 2020, o contingente da população dessa faixa etária gira em torno de 50 milhões. (IBGE, 2010).

Segundo aponta a pesquisa “Jovens: Projeções Populacionais”, do Centro de Pesquisa Social da Fundação Getúlio Vargas, nunca se teve uma fatia da população tão jovem e em idade de trabalhar quanto a atual. Entretanto, após tal fenômeno, o Brasil verá a população nessa faixa etária diminuir acentuadamente a partir da próxima década. Pode-se considerar que o país ainda se encontra em um momento do chamado “Bônus Demográfico” em que a “maior proporção de pessoas em idade ativa se transforma em taxas mais elevadas de participação efetiva de indivíduos no mercado de trabalho” (ALVES, 2020).

Esse evento, possibilitaria grandes oportunidades, maior crescimento econômico e melhora na geração de emprego e de renda para a população brasileira, mas em razão da crise econômica agravada pela Covid-19, nota-se um retrocesso na qualidade de vida e na criação de postos de trabalho, cenário preocupante para a população mais jovem.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no 4º trimestre de 2020 foi estimada em 13,9%, a maior de toda a série, frente a 2012, quando a taxa era de 7,4%, o aumento foi de 6,5 pontos percentuais. (IBGE, 2020). A Região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de desocupação, com o total de 17,2%.

No que concerne à população jovem, pessoas na faixa etária de 14 a 17 anos de idade, representam 6,0% das pessoas desocupadas do País, e a faixa etária de 18 a 24 anos, 29,4% das pessoas desocupadas. No Ceará, a série Termômetro do Mercado de Trabalho Ceará realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que visa produzir indicadores da Força de Trabalho do Estado do Ceará, indicou no 4º trimestre a taxa de desocupação mais alta da série

histórica iniciada em 2012, evidenciando claramente a deterioração do mercado de trabalho diante das dificuldades trazidas pela pandemia. (IPECE, 2020). A taxa máxima de desocupação na série passou a ser 14,4% no último trimestre de 2020.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT, 2021), no Ceará, os jovens representavam 54,1% dos desempregados, o equivalente a 268 mil pessoas, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no mesmo ano. Em Fortaleza, a partir de dados disponibilizados pelo Observatório de Juventude de Fortaleza, a taxa de desocupação dos jovens de 14 a 17 anos chega a 53,40%, enquanto a de jovens na faixa etária de 18 a 24 atinge 29,50% no primeiro trimestre de 2020.

Considerando o exposto, é perceptível a necessidade de debater e construir propostas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Frente ao surgimento de crises, é de suma importância políticas públicas e projetos que assegurem a esse grupo condições de inseri-los de forma decente no mercado de trabalho, cuja competitividade e exigência, fazem com que não haja tantas opções ou oportunidades.

Esta pesquisa trará considerações acerca da juventude, e busca proporcionar mais informações sobre o assunto que será investigado e revela opiniões e sentimentos sobre os desafios enfrentados e as expectativas dos jovens, paralelamente será trabalhado o conceito de Trabalho Decente, segundo a ótica da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A escolha do tema está relacionada diretamente ao fato de a autora possuir um natural interesse pelo assunto e por perceber as vulnerabilidades das juventudes. Além de que, graças a interdisciplinaridade do curso foi possível mesclar na pesquisa, conteúdos estudados nas disciplinas de Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas; Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda; e Políticas Públicas de Juventude.

Durante a graduação, participar do Grupo de Estudos Sobre Juventudes e Políticas Públicas (GEJUPP), contribuiu para que eu pudesse perceber a juventude a partir de uma nova ótica, assim, por meio da metodologia utilizada pelo grupo, entendi a importância da construção coletiva do saber, e do desenvolvimento do senso crítico a partir das vivências em coletivo. Para o campo de públicas, espera-se que este

trabalho contribua para o surgimento de debates e discussões e traga estímulos para um olhar crítico sobre o tema.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as expectativas e os desafios enfrentados pelos jovens para a inserção no mercado de trabalho em Fortaleza. Para isso foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: compreender a percepção dos jovens de 17 a 22 acerca dos desafios de inserção no mercado de trabalho; investigar, a partir da ótica dos sujeitos, caminhos para a superação dos desafios; e discutir, a partir do conceito de trabalho decente, as dificuldades e as expectativas encontradas.

O trabalho será dividido em cinco partes principais, a princípio será abordado o que se entende por juventude, tendo como base a juventude em determinados períodos da história ocidental. A parte 2 trata sobre a juventude no Brasil e legislação voltada para esse segmento populacional. A parte 3, o Trabalho como meio de inserção social e o importante papel na vida dos jovens, estabelecendo uma relação entre o que gostariam de ser e o que são, em função de crises que afetam o mercado de trabalho. A parte 4, apresenta o conceito de Trabalho Decente e a construção de uma Agenda de políticas públicas voltada para as juventudes. A parte 5, os achados da pesquisa e por fim, as considerações finais.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para atender aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, bibliográfico e documental, e utiliza materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos, site de internet, documentos oficiais, etc. A partir da abordagem qualitativa, busca-se uma análise mais aprofundada sobre o tema pesquisado. Os sujeitos incluídos na pesquisa são jovens que não estejam trabalhando, mas que se encontram disponíveis e buscam trabalho, com idade entre 15 a 29 anos, na cidade de Fortaleza/CE.

Trata-se de uma pesquisa de campo pois, segundo Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa busca “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” Além de estudar indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos que envolvem determinada população, essa pesquisa pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

De caráter exploratório, a pesquisa busca maior familiaridade com o problema de pesquisa no intuito torná-lo explícito, esclarecer ou criar hipóteses. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Conjuntamente, também será utilizado a técnica de pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2008), “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”, dessa forma, o presente trabalho busca proporcionar uma nova perspectiva acerca do problema.

Utilizou-se do método do questionário para a coleta de dados, segundo Gil (2008), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Para a análise dos dados a estratégia metodológica utilizada será a triangulação de dados, segundo Zappellini e Feuerschütte (2015) a triangulação utiliza diferentes métodos de coleta e análise de dados, diferentes perspectivas e diferentes momentos no tempo, os dados são coletados em momentos, locais ou com pessoas diferentes. Assim, com as informações coletadas referentes à pesquisa de campo, à bibliográfica e documental é possível consolidar conclusões a respeito do que está sendo investigado.

De acordo com Souza e Zioni (2003), a análise permite realizar correlacionar os fatos, as falas e as ações dos indivíduos que fizeram parte do processo, permitindo a compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio, ou seja, a relação juventude e trabalho. Dessa forma, as informações coletadas foram agrupadas, tabuladas e categorizadas no editor de planilhas Excel.

Sendo assim, a escolha desta temática se justifica pela compreensão da necessidade de representatividade jovem nos espaços de discussão, bem como adotar o diálogo como método para compor estratégias e debater soluções. Para além, academicamente, espera-se que este trabalho contribua para o surgimento debates e discussões e traga estímulos para incentivar um olhar crítico sobre o tema.

3 A NOÇÃO DE JUVENTUDE ATRAVÉS DO TEMPO

Inicialmente neste capítulo será abordado o que se entende por juventude, tendo como base a juventude em determinados períodos da história ocidental, perpassando o período da Roma Antiga, da Idade Média, da Idade Moderna e durante o período Contemporâneo de forma que fique explícito como o contexto histórico, a cultura, o modelo econômico e políticos influenciaram o que se entende por juventude na atualidade. Além de abordar o caminho pelo qual surgiu a necessidade de se pensar a juventude como categoria social e de como os diversos grupos juvenis inseridos dentro dessa categoria resultou na necessidade de pensar na utilização do termo “juventudes” para que englobasse suas mais diversas representações.

3.1 Juventudes: considerações iniciais

O conceito de Juventude pode ser entendido de várias formas, a ideia trazida pelos dicionários e utilizada normalmente pelas pessoas, remete o significado da palavra a uma noção de “período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo”, “a gente jovem”, ou a uma “população jovem de algum lugar; mocidade” (JUVENTUDE, 2022). O ser Jovem, por sua vez, é “aquele que se encontra na juventude; adolescente”, “indivíduo que ainda não alcançou seu pleno desenvolvimento.” ou “próprio da juventude” (JOVEM, 2022). A definição atribuída a tais palavras carrega em si um ampla gama de significados. Vão além dos conceitos expressos em dicionários, uma vez que passaram por um processo de construção histórica até ser reconhecida na atualidade como uma categoria social.

Muito se debate sobre os conceitos mencionados acima, pois em cada sociedade a juventude pode ser entendida de diferentes formas, dependendo do contexto, da cultura, do momento histórico que está sendo vivenciado. Muitos teóricos passaram a se dedicar a encontrar definições sobre o assunto, bem como proporcionar novas visões que contribuíssem para o aprofundamento do conhecimento do campo de estudo em questão. Compreender o processo histórico pelo qual levou ao reconhecimento da juventude como uma categoria social, é importante para entender como a sociedade enxerga esse segmento atualmente, bem

como entender as transformações sociais ocorridas durante todo o processo para tornar os jovens sujeitos dignos de direitos.

Para Groppo (2017), o campo da Sociologia, que estuda e explica os fenômenos sociais existentes, vem contribuindo e elaborando teorias a respeito das complexas relações existentes, pois traz concepções e reflexões sobre a juventude construídas pelas sociedades, além de noções de juventude que auxiliam na sustentação de políticas sociais, e na orientação de construção de políticas públicas pelas instituições, com teses e discursos emanados de especialistas. Dessa forma, o tópico seguinte trará uma breve contextualização histórica da juventude e do jovem no decorrer do tempo.

3.2 Contextualização histórica

Muito do que se entende da juventude atualmente, são herdadas de representações oriundas do pensamento ocidental europeu. (CASSAB, 2011). Isto posto, para melhor esquematizar, o tópico abordará a juventude desde o período romano até o período contemporâneo.

3.2.1 A juventude na Roma Antiga

Ao pensar na juventude na época da Roma Antiga é possível estabelecer um corte etário, segundo Cassab *apud*. Frascetti (2011) entendia-se criança (*puer*), o indivíduo com até 15 anos de idade. Estaria na adolescência (*adulescentia*) aqueles que estivessem entre 15 aos 30, e a juventude (*iuventu*) iniciava-se apenas aos 30 e encerrava-se aos 45.

A demora ou o prolongamento das categorias estabelecidas pelo corte etário se dá em virtude do chamado "pátrio poder" em que o pai tem poder sobre seus filhos e família (CASSAB, 2011). A origem etimológica da palavra família vem do latim *famulus*, quer dizer escravo doméstico, e então, a família é o conjunto dos escravos pertencentes e dependentes de um chefe ou senhor. O chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, o direito de vida e morte sobre todos eles. (ENGELS, 2013). Dessa forma, a família greco-romana era formada por um patriarca e seus *famulus*: esposa, filhos, servos livres e escravos.

É o pai, portanto, a figura que decide quando o jovem está na idade de tomar as vestes de homem e encerrar sua fase de preparação para a vida adulta. Mas ainda assim, o que determinava a entrada no mundo jovem era o rito de passagem pela troca da toga, vestuário característica da Roma Antiga. A troca da toga *praetexta* da infância, pela toga viril, ocorria por volta dos 15 anos para os jovens meninos, vestila significava a passagem da infância para a adolescência. (CASSAB, 2011).

A cerimônia do abandono da toga *praetexta* significava que o jovem se tornava um cidadão livre e gozava de plenos direitos, dava-se início então a vida pública do jovem e a preparação para a vida adulta. Sendo assim, entende-se que durante esse período a juventude assume tanto um caráter de transição, momento de preparação para o mundo dos adultos e para a vida pública, quanto um momento a ser vigiado e controlado pela ordem adulto, uma vez que não significava autonomia do indivíduo em relação ao pátrio poder. (CASSAB, 2011)

3.2.2 A juventude na Idade Média

Durante o período compreendido a Idade Média, entre os séculos V e XV, de acordo com Cassab *apud*. Pastoureau (2011), apresenta-se dois sistemas etários no mundo medieval europeu. O primeiro era composto por uma divisão da sociedade associada às quatro estações e aos quatro elementos. A primavera seria a infância, o verão, a juventude medieval, os momentos das tempestades e do calor, a “idade média”, e por fim o inverno, à velhice.

O segundo sistema de classificação social considerava a idade e advinha da cultura erudita e clerical, cuja simbologia dos números tinha um grande significado. Assim a *infantia* correspondia do nascimento até os sete anos, a *pueritia* a idade que se estendia até os 14 anos, a *adulescentia* correspondia ao período dos 14 aos 21 anos, a *juventus*, dos 21 aos 35 anos, a *virilitas*, dos 35 aos 55 anos de idade, *senectus*, acima de 55, e por último uma sétima chamada de *senies* acima dos 70 anos. (CASSAB *apud*. PASTOUREAU, 2011). De acordo com Novaes (2018), os jovens entravam na fase *juventus* depois que fossem ordenados cavaleiros, mas só saíam dela quando se casassem, independentemente da idade.

Durante esse período a juventude era frequentemente associada a questões relacionadas a desordem, pois estariam presente em “rituais de inversão,

do carnaval ou das algazarras; na representação das festas e dos divertimentos, e (...) ou de atividades desonestas.” (CASSAB, 2011). Além de ridicularizar as autoridades e os poderes estabelecidos na época. Assim, a visão da juventude no período da Idade Média acaba em grandes partes condenáveis

Dessa forma, a partir da orientação de atividades que seriam úteis, seria papel da sociedade discipliná-los, sobretudo, fazer com que se casassem, já que o casamento era, o principal artifício utilizado para conter as explosões juvenis, ou mandá-los para as expedições ou Cruzadas. (CASSAB, 2011)

Para além, era comum à época os jovens se associarem a brigate, confrarias, bandos, corporações como forma de segurança e reconhecimento, além de ser uma forma de sociabilidade de muitos dos jovens medievais, por estarem sob o pátria potesta, autoridade paterna, existia ali a possibilidade de construir um espaço próprio, privado, que colocavam-se fora do alcance e do controle permanente do pai e aqueles inseridos no mundo do trabalho podia ter maior liberdade. (CASSAB, 2011)

3.2.3 A juventude na Idade Moderna

A partir do século XVIII e XIX, os jovens passaram a deter características específicas, possuíam seu próprio modo de enxergar o mundo, de sentir e reagir. A juventude, durante período, desfrutava de certos privilégios. No entanto, somente aqueles jovens que faziam parte da burguesia. Aos outros, jovens de famílias menos favorecidas, não era reservado o direito ao não-trabalho. Assim, naquele momento, a juventude é compreendida “como uma transição, durante o qual o indivíduo deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho”, um momento entre a maturidade biológica e social. (CASSAB, 2011)

Durante o período da Revolução Industrial, a humanidade se depara com um novo paradigma, transformações do modelo econômico, políticos e sociais. Na sociedade capitalista industrial, é concebida como um período de vigilância, disciplinarização e socialização do indivíduo entre sua infância e idade adulta. A juventude era representada, portanto, de duas formas: a) um momento de transição; e b) uma fase perigosa. (CASSAB, 2011)

A juventude como um momento de transição, segundo Cassab (2011), é aquela em que os jovens, sobretudo burgueses, dedicariam seu tempo aos estudos

para alcançar uma profissão condizente com sua família e status, aprenderiam o respeito ao patrão e à propriedade. Tornou-se uma época de formação e de escolhas, um momento de abdicar dos instantes de lazer, comuns na idade média, como forma de preparo para o futuro.

Nesse período, a escola passou a ter um papel relevante, pois agora caberia a ela a educação, a disciplina de trabalho, regras de sociabilidade e civilidade. Deveria ser o local de preparação para a vida adulta, mas também era um lugar de controle dos impulsos comuns à juventude, da indisciplina e da degradação moral, utilizava-se esse período de preparo e estudos como meio de postergar a entrada no mundo do trabalho. (CASSAB, 2011)

Sendo a liberação do trabalho destinada apenas aos jovens da burguesia, a juventude como uma fase perigosa, tinha apenas uma face, a dos jovens pobres. Inseridos precocemente nas atividades produtivas nas fábricas, possuíam pouco ou nenhum acesso à escola. O momento de juventude era desprovido de esperança e de sentido para o futuro, restando-lhes apenas a obediência e a renúncia. (CASSAB, 2011). Para Cassab *apud*. Perrot (2011), esses jovens tinham poucas perspectivas, pois, além de estarem desde criança no trabalho, que não dava condições mínimas de autonomia, os jovens pobres não gozavam dos direitos que os adultos possuíam. E mesmo no âmbito familiar, deviam obediência e o seu trabalho.

Para Perrot (1991), “após os dezoito eles são adultos em relação aos deveres, mas não em relação aos direitos, que não têm. A oficina, a fábrica, o canteiro de obras torna-se assim espaços juvenis, pelo menos lugares da juventude operária”. Aos jovens operários, a imagem veiculada era a de suposto caráter vagabundo, libertino e contestador/ desordeiro,

Dois elementos sinalizam o fim da juventude, o casamento e a construção de uma família ou, para os homens, entrar no exército. Loriga (1996) chega a afirmar que o exército representava “uma barreira social e efetiva entre a adolescência e a vida adulta, como um divisor de águas entre a escola e o trabalho, entre a família de origem e a própria”. O exército para os jovens operários representava apenas mais um estágio para sua emancipação individual, para os jovens da burguesia o exército tinha um forte significado iniciatório à vida adulta, já que saíam de suas casas tardiamente. (CASSAB *apud*. LORIGA, 2011).

A representação da juventude como um todo nessa época atrela a juventude à perversão. Para Cassab “a juventude passa a ser associada a um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites”. Algumas dessas concepções, na transição do século XIX para o XX, ainda perduram, a juventude passa a ser considerada como um estágio perigoso e frágil da vida dos sujeitos, existindo necessidade de estratégias de controle sobre os jovens. (CASSAB, 2011).

Groppo (2004), traça um paralelo entre a juventude como questão pública e os problemas trazidos pela industrialização quando diz que, conforme a industrialização ia se aprofundando a imagem carregadas pelos jovens das classes trabalhadoras iam se espalhando pelo mundo, e os efeitos sociais negativos da industrialização colocava a juventude como “desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos criminosos” sem que ficasse claro a relação entre o avanço do capitalismo industrial e os problemas sociais daí decorrente desse modelo econômico e social.

A partir do reconhecimento de uma distinção social, aqueles que vinham de uma “boa família” tenderiam a desenvolver características virtuosas, enquanto aqueles oriundos de famílias desestruturadas e menos virtuosas tenderiam ao crime, aos vícios e às atitudes amorais, O jovem pobre era a personificação do perigo e da ameaça por suas características intrínsecas de perversão e criminalidade, e mesmo não sendo regra, era um perigo potencial. (CASSAB, 2011).

Dessa forma, a juventude adentra o século XX como um problema e um campo de intervenção das ciências e das políticas públicas, surge uma juventude libertária, que faz parte de movimentos, como o movimento da contracultura, o movimento hippie, movimentos pacifistas e mobilizações contra o que considera atrasado ou injusto. (CASSAB, 2011).

3.2.4 A Juventude na Idade Contemporânea

Diante da perspectiva da juventude como problema social e da preocupação das sociedades com essa questão, surge a concordância de que esse tema demanda atenção e ações públicas. Para Groppo (2004) o “problema da juventude” mobilizou intelectuais de várias áreas para a definição de quando a

juventude, afinal, começa e termina, para orientar a ação do Estado e das instituições socializadoras.

A partir do reconhecimento da adolescência e da juventude como “diretos” e do aumento do grau de civilidade, a idade contada em anos seria o melhor critério para o julgamento das ações individuais e a atribuição de deveres e direitos. No entanto, tal definição ainda é muito complexa devido à diversidade assumida pela condição juvenil. (GROPPO, 2004)

Aqui se estabelece uma importante relação entre Adolescência e Juventude, pois, segundo Silva e Lopes (2009) “o termo adolescência estaria vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva”, enquanto a juventude só “poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história” dessa forma, a juventude adquire um viés sociológico.

Para Groppo (2004), a juventude é “uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade” sendo uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. Ele considera, que não é essencial delimitar a faixa etária de sua vigência, pois não teria caráter absoluto e universal. Para ele, “de modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude”, sendo, portanto, um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica. (GROPPO, 2004)

A área da saúde tende a considerar a juventude como uma transformação físico-mental universal e compulsória a todo indivíduo, denominada por elas respectivamente como puberdade e adolescência (GROPPO *apud*. REZENDE, 1989). Para Groppo a juventude é, sobretudo “uma categoria social e não uma característica natural do indivíduo sendo, portanto, a juventude uma realidade social e uma criação histórica.

Para entender a juventude é preciso estabelecer ligações com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, religião, etnia, gênero, religião,

condição urbana ou rural, momento histórico, grau de desenvolvimento econômico. Na realidade, há grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta e essa diversidade resulta na criação de grupos juvenis, ou seja, de juventudes. (GROPPO, 2004)

Assim, é possível observar que do jovem romano ao jovem contemporâneo, os sentidos e as representações das juventudes se modificaram em conformidade com a organização social vigente à época. Permite-se considerar, portanto, a juventude como uma categoria socialmente construída. Percebe-se a diferença da juventude e dos grupos inseridos nas juventudes, cada um, em seu determinado período possuíam suas especificidades.

Sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. E, como visto, é caudatária dos diferentes momentos históricos nos quais foi construindo o sentido de ser jovem. O esforço, portanto, é o de entender a juventude como uma categoria social constantemente sendo repensada. O que significa questionar a existência de uma juventude homogênea. (CASSAB, 2011)

4 JUVENTUDES NO BRASIL

No Brasil, o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013 pelo Congresso, traça princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude, voltadas para a garantia da saúde, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade e outros direitos dos jovens. A Secretaria Nacional de Juventude, criada em 2005, hoje vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos (MMFDH), é responsável por coordenar e garantir que essas políticas funcionem. A Política Nacional de Juventude considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos e divide-os em 3 grupos, são eles: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos. (SILVA E SILVA, 2011).

Para Silva e Silva (2011), “O uso da expressão "juventudes" representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades”, sendo importante considerar que a juventude possui características diferenciadas de acordo com o contexto no qual os jovens estão inseridos. (SILVA E SILVA, 2011).

Desta forma, com base em Dayrell, é importante que a juventude seja entendida:

[...] como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem (DAYRELL, 2003, p. 42)

Assim, a juventude não deve ser entendida somente como uma fase de transição pois não institui um processo de socialização homogêneo. Nem todos os indivíduos com a mesma faixa etária passam pelos mesmos processos, possuem as mesmas oportunidades, experienciam as mesmas coisas e vivem da mesma forma, há diversos fatores que os tornam diferentes entre si.

Nesse sentido, Abramovay e Castro (2015) trazem a ideia de que “a juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos,

momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras”.

De acordo com Abramo (1997), existe uma grande dificuldade em considerar efetivamente os jovens como sujeitos participantes de um processo, mesmo quando as ações sejam direcionadas a eles, isso demonstra uma dificuldade em “incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais” (ABRAMO, 1997). Logo, para além do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e deveres, é fundamental reconhecer suas necessidades, de forma que o tornem parte do processo de construção de uma agenda.

4.1 Políticas Públicas voltadas à geração de emprego e renda para a Juventude no Brasil

Desde a consolidação da democracia a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possível assegurar garantias aos direitos fundamentais. Consolidando a transição de um regime autoritário para um democrático, foi restabelecida a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, possibilitando a criação de mecanismos para uma nova política voltada para a juventude. Conforme estabelece a Constituição Federal:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988, Art. 277)

Nesse sentido, em razão do avanço legislativo permitido a partir da Constituição de 88, em de 13 de julho de 1990 foi sancionado a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo então introduzido no ordenamento jurídico brasileiro “um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.” (SILVA E LOPES, 2009).

Em 30 de junho de 2005, a Lei nº 11.129 institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem, cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude. Tal Lei foi destinada a execução de ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local, além de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Ainda sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, instituída pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, dispõe sobre o Projovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, passando a ser desenvolvido por modalidades, sendo elas: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo - Saberes da Terra; e Projovem Trabalhador.

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Segundo Costa e Coutinho (2018), a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) até 2008 “estava à margem das políticas de Educação Básica (EB), pois as normativas legais, como as leis de diretrizes e bases não incorporavam a Educação Básica.” Dessa forma, a partir dessa lei houve um avanço significativo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em 26 de outubro de 2011, a Lei nº 12.513 institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Programa possui a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Especificamente, a expansão das redes federal e estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a ampliação

da oferta de cursos à distância; do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas; das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e; a difusão de recursos pedagógicos. Contribuindo, portanto, para a preparação dos jovens e estudantes ao mercado de trabalho.

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O Estatuto da Juventude visa, de forma específica, promover e garantir os direitos aos jovens já previstos em lei. O Sistema Nacional de Juventude, por sua vez, determina as competências da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, sendo definido composição, organização, competência e funcionamento na implementação da Política Nacional de Juventude.

A Lei do Estágio nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e representou uma evolução na política pública de emprego para jovens no Brasil, pois visa à preparação para o trabalho produtivo e reconhece o estágio como um vínculo educativo profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico.

As políticas de trabalho voltadas aos jovens no Brasil são, de forma geral, voltadas à qualificação profissional e relacionadas a elevação do grau de escolaridade, em um contexto de crise econômica a formação profissional pode ser de certa forma, compensatória, pois “na melhor das hipóteses deve apenas diminuir a desigualdade interna ao mercado de trabalho” (NUNES; FERNANDEZ, 2016)

4.2 Políticas Públicas de inserção ao mercado de trabalho em Fortaleza

A partir da Lei nº 9.816, de 11 de outubro de 2011, o município de Fortaleza passa a garantir um conjunto de diretrizes e objetivos estratégicos norteando a elaboração e execução das ações e programas direcionados ao segmento juvenil. Com a criação do Plano Municipal de Juventude, cujo tema é Construindo Direitos e Garantindo Emancipação, passa a existir um documento com a finalidade de consolidar as Políticas Públicas de Juventude enquanto uma política de Estado. (FORTALEZA, 2011)

O Plano é destinado a orientar as políticas públicas desenvolvidas pelo Município e pela sociedade, voltadas aos jovens fortalezenses com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, e é dividido em eixo temáticos, da qual um deles é destinado a área do trabalho, renda e novas formas de inserção. O eixo possui as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos, respectivamente:

“I – promover políticas públicas de Estado de/para/com a juventude na geração e desenvolvimento do trabalho e renda, através da formação social e profissional; na manutenção, ampliação e formalização dos direitos trabalhistas e sociais; no incentivo à organização de grupos de trabalho; sem qualquer tipo de discriminação, seja ela: raça, gênero, escolaridade e/ou orientação à cultura e à economia solidária.

2.1.2 O eixo temático Trabalho, Renda e Novas Formas de Inserção possui os seguintes objetivos estratégicos:

I – promover qualificação profissional de jovens, de acordo com a diversidade das juventudes, a realidade do mercado e as perspectivas de desenvolvimento do município;

II – fomentar a geração de trabalho e renda para a juventude, com ampliação do emprego formal e o desenvolvimento de empreendimentos solidários juvenis;

III – estimular a oferta de estágios remunerados e o acesso ao primeiro emprego.” (FORTALEZA, Lei nº 9.816 de 2011)

Uma política desenvolvida pelo município é o Programa Jovens Talentos. O programa possibilita a contratação de novos estagiários para a Prefeitura de Fortaleza, por meio de seleção pública. Tendo sua primeira edição em 2017, e tendo como público-alvo estudantes matriculados em instituições de ensino superior, tal programa oportuniza aos alunos universitários, uma forma de se inserir e seguir na área de especialização. (FORTALEZA, 2021)

Além deste, há o Programa Primeiro Passo, consolidado como uma política de estado e coordenado pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), que busca inserir jovens em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho e combater a evasão escolar. Atende jovens entre 15 e 29 anos, oriundos da rede pública de ensino e em situação de vulnerabilidade, à procura do primeiro estágio, emprego ou oportunidade de qualificação profissional.

O Primeiro Passo atua nas linhas de ação: Jovem Aprendiz, cujo objetivo é proporcionar ao adolescente a aprendizagem, sob orientação de uma entidade

qualificada técnico/profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Jovem Estagiário, que possibilita aos jovens a inserção nas atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, proporcionadas pela participação em instituições reais de trabalho, e por fim, Jovem Bolsista, cujo objetivo é o de proporcionar aos jovens ação de capacitação profissional e social, dando oportunidades na inserção ao mercado de trabalho. (CEARÁ, 2021).

Outro ator relevante quando se fala em viabilizar soluções inovadoras e sustentáveis para o desenvolvimento do trabalho, é o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). O IDT atua em parceria com o Governo do Estado na execução dos programas e ações da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET). Além de contemplar as ações do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no Ceará realizando a intermediação de mão de obra, orientação profissional, qualificação profissional, emissão da Carteira de Trabalho, habilitação ao seguro-desemprego, e Previdência Social. (IDT, 2022).

As ações desenvolvidas pelo IDT vão desde o recrutamento, seleção e intermediação de profissionais para o mercado de trabalho, da capacitação e qualificação profissional, da orientação para o mercado de trabalho, à execução do programa Jovem Aprendiz, regulamentado pela Lei 10.097/2000, que oportuniza a inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho.

5 A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo abordará o trabalho como meio de inserção social e como adquire um importante papel na vida dos jovens, e como os momentos de crise afetam as oportunidades de emprego para as juventudes, impactando nos projetos de vida e nas oportunidades.

5.1 A importância do trabalho para as juventudes

As rápidas transformações que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo desde o começo do século XXI têm provocado diversas mudanças nas mais variadas áreas da sociedade, tais momentos representam modificações estruturais pela qual a organização social sofre. Essas mudanças trazidas pela modernidade, proporcionaram outras formas de relações entre as pessoas, as maneiras de utilizar o tempo e as relações de trabalho, bem como novos desafios para a juventude. Não seria diferente, portanto, a mudança de percepção dos jovens em relação às novas formas, meios e relações no mundo do trabalho.

Uma pesquisa divulgada pela Revista Exame em 2015, realizada com com 1.625 jovens mostrou que o trabalho não é apenas um modo de sobrevivência ou um meio de conseguir dinheiro, mas mais do que isso, o trabalho assume um significado e possui um valor de satisfação pessoal e de felicidade. Acerca da relevância da profissão em suas vidas, numa escala de 0 a 10, os entrevistados deram nota 7,31. Quando perguntados se estavam felizes com sua realidade profissional, a resposta obtida foi a de que estão medianamente satisfeitos. E quando questionados sobre o que traz sentido ao trabalho, na maioria das respostas, citaram que existe um significado na profissão quando é possível acreditar no que se faz, e que o aprendizado e prazer pelas atividades desenvolvidas também são fatores importantes.

Conforme afirma Maia e Mancebo (2010) tanto o sujeito quanto a subjetividade, que segundo a autora é formada através de mediações sociais, são entendidos como produções históricas, e o trabalho configura-se como um meio de inserção social e detém de um papel fundamental na construção de um projeto de vida e no desenvolvimento das trajetórias e narrativas juvenis.

Assim, os projetos são construídos pelos jovens em função de experiências socioculturais, de vivências e de interações que vem da necessidade colocada na

sociedade ocidental de definir e descobrir o que o indivíduo quer e o que pretende ao longo do tempo, ou seja, um planejamento em relação ao futuro. (MAIA E MANCEBO, 2010).

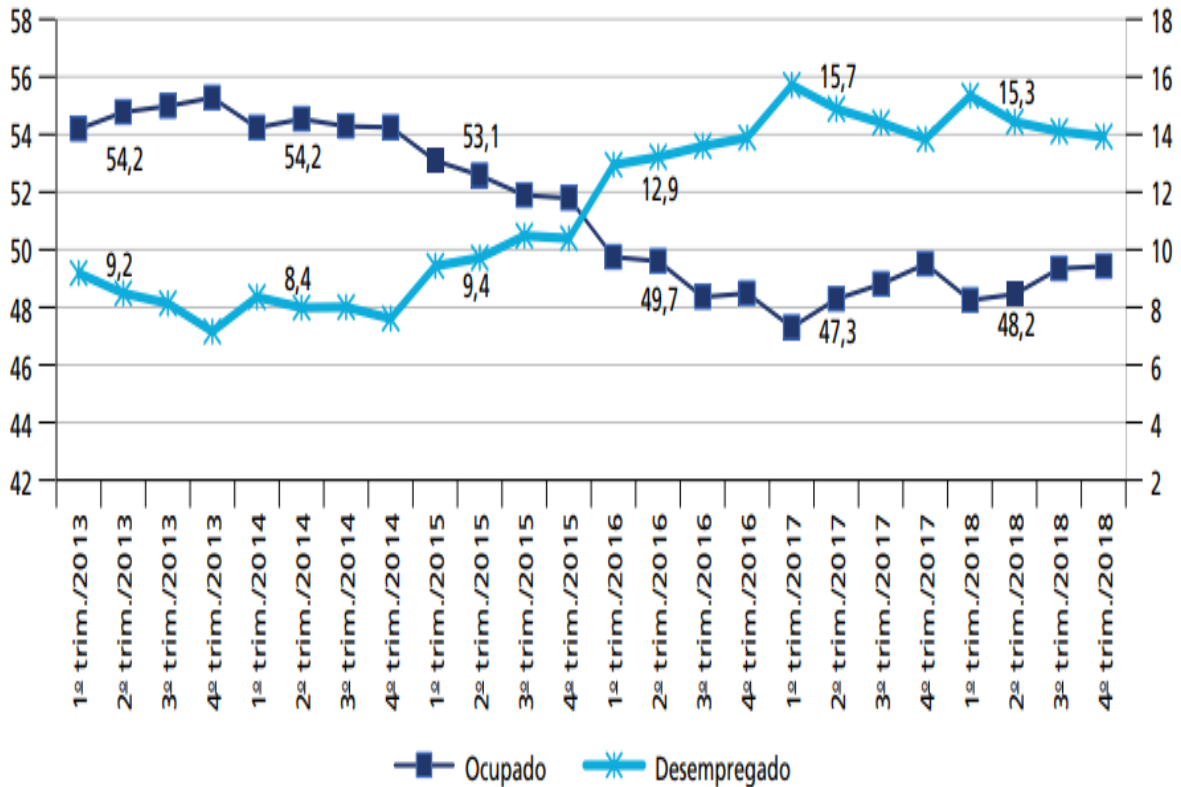
5.2 A relação entre crises econômicas e as vulnerabilidades das juventudes

A partir do ano de 2010, o Brasil passou por crises no mercado de trabalho, principalmente a recessão dos anos de 2014-2017, bem como a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Tais acontecimentos geraram a necessidade de tomar decisões para mitigar as consequências trazidas pelas crises. Em 2014, o Brasil entrou em uma recessão que trouxe reflexos para o mercado de trabalho ao longo dos anos subsequentes. Nesse período, houve uma queda abrupta na parcela de jovens ocupados (IPEA, 2020).

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise anterior afetou principalmente o investimento e o consumo das famílias. A partir de 2020 as perdas foram em todos os setores, consumo das famílias, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, importação. A deterioração causada por tais momentos afeta o mercado de trabalho e causa efeitos negativos, principalmente para os jovens, pois atingidos de forma intensa, as consequências de períodos de recessão na inserção dos jovens no mercado de trabalho vão além do período de crise.” (IPEA, 2020).

Conforme mostra o gráfico abaixo, é possível perceber o aumento da parcela de jovens desempregados e a redução da parcela de jovens que possuem algum tipo de ocupação. Consideram-se desempregadas as pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho.

Gráfico 1 - Proporção trimestral de ocupados e de desempregados na população jovem (2013-2018) (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, elaboração: Franca e Corseuil

Durante o período de recessão de 2014 a 2017, é possível observar que a partir do quarto trimestre de 2014 há um aumento no número de desempregados e uma redução no nível de ocupação. No primeiro trimestre de 2015, a parcela de desempregados representava 9,4% dos jovens, no primeiro trimestre de 2017, o nível de desemprego chega a 15,7%, o que representa um aumento de 6,3 p. p. em relação ao 1º trimestre de 2015.

Com a interrupção das atividades econômicas e o fechamento de milhares de vagas de emprego, a parcela de jovens desempregados passa de 14,6%, no primeiro trimestre de 2020, para 13,9%, no segundo trimestre de 2020. (IPEA, 2020).

Como forma de atenuar os impactos da crise, em 2020, medidas tiveram que ser tomadas para o enfrentamento das consequências da pandemia e para diminuir os efeitos adversos na economia e no emprego. Observando os pilares estabelecidos pela OIT, como forma de respostas à crise, o governo brasileiro adotou medidas focadas em dois pilares, são eles: a) Estímulo à Economia e ao Trabalho e, b) Suporte a empresas, emprego e rendimentos.

O primeiro pilar tem como foco políticas fiscais ativas, política monetária expansiva e facilitação de empréstimos e garantia de empréstimos para setores específicos. Algumas medidas adotadas foram: O Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações, criado pela Emenda Constitucional nº106, de 7 de maio de 2020; a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que cria o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus com o objetivo de ajudar os entes federativos a balançar seu orçamento; a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 destinados ao setor de Cultura; a MP nº 938/2020 (convertida em Lei 14.041/2020 em 18 de agosto) que estabelece o apoio financeiro orientado à complementação do fundo de participação dos estados (FPE) e do fundo de participação dos municípios (FPM). Além de ser adotado medidas de estímulo para as empresas, facilitando seu acesso ao crédito, bem como disponibilidade de linhas de crédito especiais e garantias para operações de pequenas e médias empresas.

Já o segundo pilar, consiste em políticas que garantam a extensão da proteção social para todos, implementação de políticas de retenção e preservação de empregos e providenciar alívio financeiro e de impostos para as empresas. Algumas medidas adotadas foram: o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) criado pela MP 936 em 1º de abril e convertido na Lei nº 14.020, em 6 de julho de 2020. Suas principais medidas consistem no pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e na permissão e regulamentação da redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e da suspensão temporária do contrato de trabalho. O Auxílio Emergencial (AE), foi instituído pela Lei nº 13.982/2020, em 2 de abril de 2020.

Para a OIT, os programas listados aparentam ter cumprido sua função de preservação da renda da população mais vulnerável em detrimento à deterioração do mercado de trabalho mesmo estando rodeados de controvérsias quanto a sua efetividade. As juventudes, como parte do grupo vulnerável, poderão sofrer consequências tanto no momento atual, quanto nos anos futuros, como afirma Franca e Corseuil (2020).

“Há, portanto, um maior distanciamento dos jovens com o mercado de trabalho atualmente, quando comparado com o período 2015-2017. Isso motiva preocupações com a possibilidade de um período mais longo de afastamento do jovem do mercado de trabalho, que, por sua vez, pode vir a comprometer sua trajetória profissional futura.” (Franca e Corseuil, 2020 p.100).

Assim, a taxa de desemprego dos jovens tende a ser significativamente maior do que aquelas registradas nas demais faixas etárias, sendo a taxa de desemprego juvenil mais sensível ao ciclo econômico com tendência de aumentar em contextos de recessão econômica

Os jovens se distanciam cada vez mais do que gostariam de ser em razão da crise no trabalho no Brasil. As expectativas que tem com relação ao futuro e a realidade que se impõe no dia a dia, fazem com que eles tenham que lidar com a ideia de que são responsáveis pelos próprios sucessos ou fracassos (MAIA, MANCEBO *apud*. POCHMANN, 2010).

6 TRABALHO DECENTE E JUVENTUDES

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) propõe uma agenda de discussão e promoção de políticas públicas para o trabalho, que atente para os grupos sociais mais vulneráveis. Dentre os grupos, estão incluídas as juventudes, cujo objetivo é buscar reduzir o grau de vulnerabilidade através de políticas públicas. Para tanto, é importante considerar que a promoção do Trabalho Decente não deve ser vista de modo isolado e desarticulado do conjunto das políticas econômicas e sociais.

Para a OIT, o conceito de trabalho decente compreende todo trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, apoiando-se em quatro pilares: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento do direito de negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; e 4) diálogo social.

Assim, o Trabalho Decente (TD) pode ser compreendido como uma condição fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, em 2006 o Brasil lança a Agenda Nacional de Trabalho Decente, e posteriormente um decreto presidencial que instituiu um Comitê Executivo Interministerial, responsável pela sua implementação, e ainda cria o subcomitê para promover uma Agenda Nacional de Trabalho Decente específica para a juventude. As ações seriam então coordenadas pela Secretaria Nacional da Juventude e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com assistência técnica da OIT. (OIT)

Figura 1 – Sequências, de fatos e eventos em torno da criação do Subcomitê e da Construção da Agenda e do Plano da ANTDJ

Eventos	Período
1. Início da articulação e diálogo com centrais sindicais e confederações de trabalhadores em torno da ANTDJ	2007
2. Realização de oficina tripartite que discutiu as linhas gerais de proposta de Agenda de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)	2008
3. Elaboração de relatório sobre trabalho decente da juventude no Brasil	2009
4. Realizações de reuniões e construção de consensos entre Subcomitê e Comitê Executivo para elaboração de propostas de ANTDJ	2009/2010
5. Constituição do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de trabalho Decente e do Subcomitê de Juventude, coordenado pelo MTE e pela SNJ da Secretaria Geral da Presidência da República.	Decreto Presidencial 4 de junho de 2009
6. Criação do Grupo Consultivo Tripartite	2010
7. Processo de formulação, debate e aprovação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.	
8. Divulgação e debate da Agenda em diferentes espaços, especialmente nas Conferências Estaduais de Emprego e Trabalho Decente.	2011
9. Discussão do tema na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.	2012
10. Discussão tripartite no âmbito do Subcomitê para a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.	2013 e 2014

Fonte: MTE e OIT- Brasil. Elaboração: Ipea/Disoc.

O decreto estabeleceu que o subcomitê adotasse, na implementação das suas ações, o diálogo com organizações da sociedade civil, com empregadores e trabalhadores. Dessa forma, o documento foi construído de forma tripartite e consensuado e a partir do diálogo social, sendo a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude finalizada em 2010.

Na sequência de eventos em torno da construção e divulgação do Subcomitê e da Agenda, em 2013 passou-se a discutir a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, para detalhar as estratégias necessárias para implementar as prioridades estabelecidas na ANTDJ em 2010. O objetivo central seria orientar as diretrizes voltadas à promoção do trabalho decente para juventude brasileira nos próximos anos. (IPEA)

Assim, estabelece-se a Agenda Nacional de Trabalho Decente estruturada a partir de três prioridades: *Prioridade 1*: Gerar Mais e Melhores Empregos, com Igualdade de Oportunidades e de Tratamento. *Prioridade 2*: Erradicar o Trabalho Escravo e Eliminar o Trabalho Infantil, em especial em suas piores formas. *Prioridade 3*: Fortalecer os Atores Tripartites e o Diálogo Social como um instrumento de governabilidade democrática. (ANTDJ, 2011)

Tabela 1 - Prioridades e linhas de ação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude

Prioridade 1: Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento	
Resultados Esperados:	a) Política Nacional de Emprego elaborada e implementada em um processo de diálogo com os interlocutores sociais.
	b) Metas de criação de emprego produtivo e de qualidade incorporadas nas estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social (incluídas as estratégias de redução da pobreza e da desigualdade social) e nas políticas setoriais (industrial, agrícola, agrária, de promoção do turismo e de promoção da economia criativa).
Linhas de Ação:	1) Investimento Público e Privado e Desenvolvimento Local e Empresarial para a Geração de Emprego:
	2) Políticas Públicas de Emprego, Administração e Inspeção do Trabalho
	3) Políticas de Salário e Renda
	4) Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento e Combate à Discriminação
	5) Extensão da Proteção Social
	6) Condições de Trabalho
Prioridade 2: Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas	
Resultados Esperados:	a) Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil e Erradicação do Trabalho Escravo implementados e monitorados, com ênfase em estratégias de reinserção social e de prevenção, em consonância com o previsto nas seguintes convenções da OIT: Convenção nº 138, de 1973, sobre idade mínima para admissão ao

	emprego; Convenção nº 182, de 1999, sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação; Convenção nº 29, de 1930, sobre trabalho forçado ou obrigatório; Convenção nº 105, de 1957, sobre abolição do trabalho forçado.
Linhas de Ação:	1) Desenvolvimento da Base de Conhecimento
	2) Mobilização e Conscientização Social
	3) Fortalecimento Institucional de Políticas e Programas Nacionais
Prioridade 3: Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática	
Resultados Esperados:	a) Mecanismos de diálogo social consolidados e institucionalizados.
	b) Constituintes tripartites capacitados para participar ativamente e incidir na definição de políticas nacionais de fomento ao emprego e trabalho
	c) Cultura do diálogo social fortalecida.
Linhas de Ação:	1) Promoção das Normas Internacionais
	2) Fortalecimento dos Atores
	3) Mecanismos de Diálogo Social
	4) Negociação Coletiva

Fonte: ANTDJ/ Elaboração própria (2022).

Pensando em Trabalho Decente para os/as jovens, a OIT propõe uma reflexão não apenas sobre as suas oportunidades de obter uma ocupação de qualidade, como também sobre as suas possibilidades de transição no mercado de trabalho, ou seja, de construção de percursos diferentes para trajetórias ocupacionais futuras. (ANTDJ, 2011)

No entanto, o padrão de inserção ocupacional, ou seja, a transição da situação de desempregado para a de ocupado no mercado de trabalho dos jovens, é marcado pela precariedade. “Tal precariedade pode ser entendida de duas formas: trata-se tanto da tendência a estar nas piores ocupações no mercado de trabalho, quanto ter a pior remuneração e relações de trabalho instáveis quando comparados aos adultos em ocupações semelhantes”. (PICANÇO, 2015). Dessa forma, os adolescentes e jovens tendem a ter vínculos mais precários de trabalho e receber abaixo do que seria o ideal.

Ainda segundo Picanço (2015), além da tendência de inserção ocupacional do jovem brasileiro estar relacionada ao ciclo etário, gênero e à posição na família, também está relacionado às desigualdades, características do sistema educacional, capacidade de absorção dos jovens nesse sistema e valores culturais em relação ao trabalho.

Consoante Rocha (2008) “o mercado de trabalho tende a se especializar e, portanto, a excluir indivíduos com pouca escolaridade. Embora indivíduos que já trabalham possam compensar, em parte, a baixa escolaridade com a experiência, é bem mais difícil a inserção inicial no mercado de trabalho de um jovem pouco escolarizado.” Se por um lado o mercado de trabalho demanda maior escolaridade, requer também maior experiência profissional e a atualização permanente das qualificações, em razão da velocidade das transformações tecnológicas, que tendem a tornar o conhecimento adquirido obsoleto em um curto espaço de tempo. Isso aponta para a necessidade de criar novos arranjos entre educação e trabalho nas políticas públicas para a juventude.

Para Pini e Valore *apud*. Frigotto (2004), os jovens provenientes de classes subalternas tendem a sofrer um processo de adultização precoce. A inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, é precária no que se refere às ocupações encontradas, às condições de trabalho e à remuneração. Havendo, portanto, diferença de ocupação entre os jovens de classes distintas. Aqueles de classes mais altas têm garantida a continuação de seus estudos e, com isso também, a continuidade de sua infância e juventude. Segundo o autor, isso faz parte de um padrão histórico, pois desde os primórdios do capitalismo a função da escola para a classe trabalhadora foi outra: disciplinar para o ingresso precoce em postos de trabalho marcados pela precariedade.

7 ACHADOS DA PESQUISA: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS

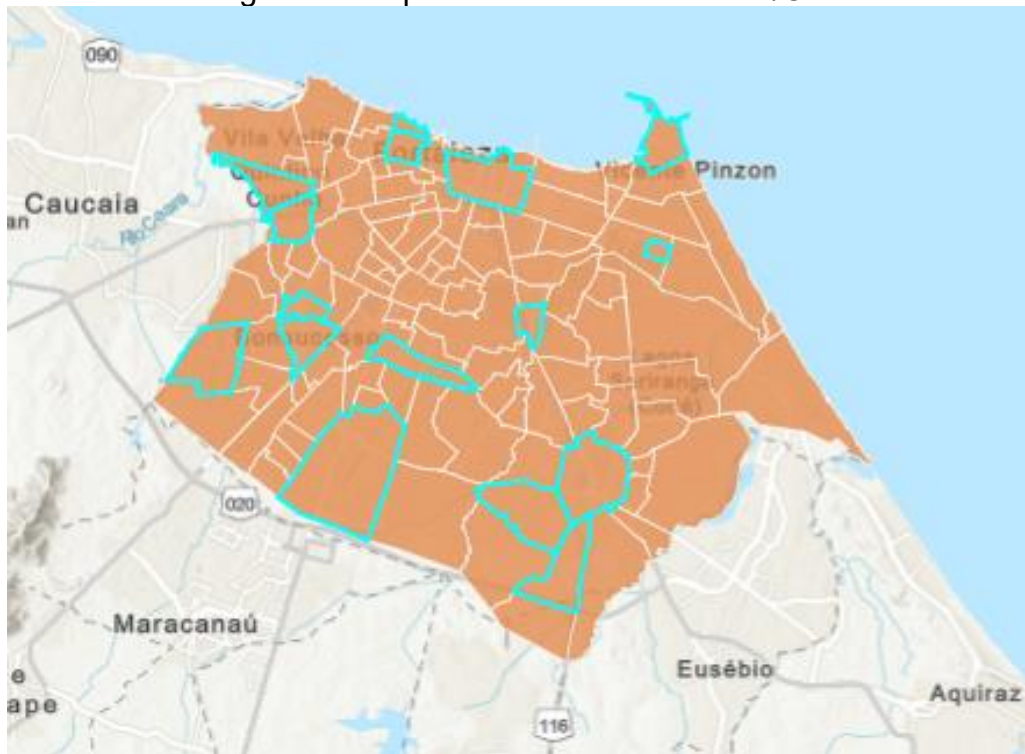
No dia 29 de junho de 2022 foi realizada no Núcleo de Iniciação Profissional (NIP), localizado na Avenida Imperador, 1367, no bairro Benfica, em Fortaleza, a aplicação de questionários a fim de investigar a perspectiva dos jovens de 17 a 22 anos sobre os desafios encontrados ao buscar inserção no mercado de trabalho, bem como possíveis soluções destes desafios, além de compreender a percepção dos sujeitos e a partir disso discutir as expectativas.

Dessa forma, a escolha do questionário como técnica de coleta de dados justifica-se pelo baixo custo de aplicação, por ser de fácil manejo na padronização dos dados, por garantir o anonimato e por possibilitar a utilização de perguntas classificadas em abertas e em perguntas fechadas, além de proporcionar aos respondentes a utilização de uma linguagem própria. Assim, segundo Gil (1999, p.132) poderão incluir perguntas que busquem compreender conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, entre outros.

Para a elaboração dos dados coletados, a fim de organizar as respostas de forma sistemática utilizou-se da codificação, cuja classificação dos dados agrupou-se sob determinadas categorias, transformando o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar sua comunicação. (MARCONI, LAKATOS, p. 167). Como forma de representar os dados será utilizado gráficos, uma vez que podem evidenciar aspectos visuais dos dados coletados de forma clara e compreensível, permitindo uma descrição imediata do fenômeno. (MARCONI, LAKATOS, p. 170).

Desse modo, para a elaboração da pesquisa foram respondidos um total de 23 questionários. A amostra coletada da população, alcançou cerca de 17 bairros de Fortaleza e região metropolitana. Os bairros foram os seguintes Aerolândia, Ancuri, Antônio Bezerra, Aracapé, Bonsucesso, Cais do Porto, Carlito Pamplona, Centro, Cidade 2000, Granja Lisboa, Itaperi, Jangurussu, João XXIII, Messejana, Mondubim, Pirambu, Planalto Benjamin, Quintino cunha e Tabapuá. É possível observar conforme a figura 2:

Figura 2 - Mapa da cidade de Fortaleza/CE



Fonte: Elaboração própria/ArcGIS, (2022).

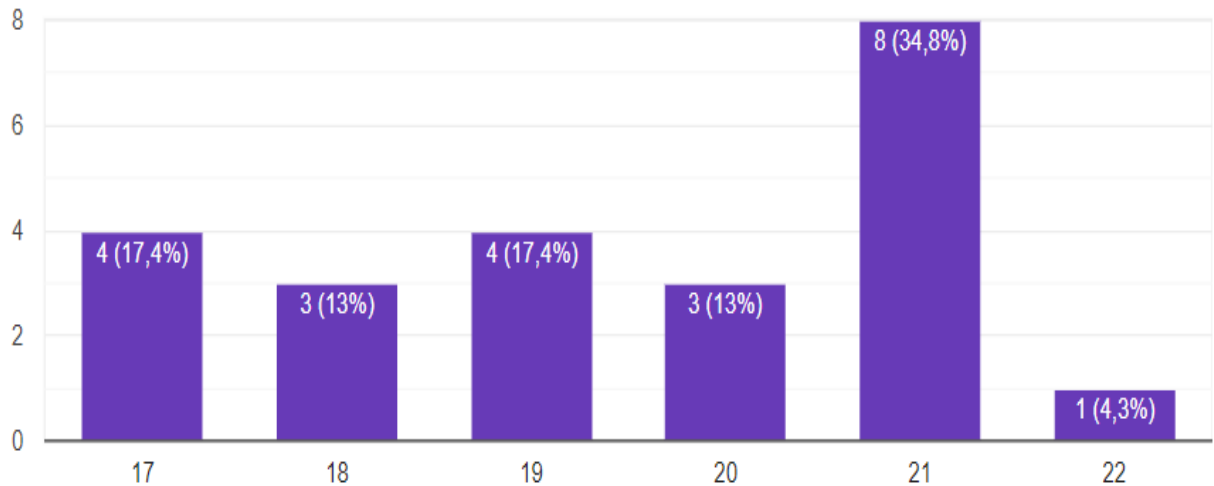
Planalto Benjamin e Tabapuá, fazem parte do município de Pacatuba e Caucaia, respectivamente, por esse motivo não aparecem em destaque no mapa. Ainda assim, será considerado as respostas dos jovens que residem em tais localidades, pois mesmo os jovens morando em outros municípios, eles buscam a inserção no mercado de trabalho em Fortaleza, conforme a explicação presente no questionário.

O questionário é composto por 11 perguntas, 4 fechadas e 7 abertas. A começar pela idade, gênero, raça/cor, bairro em que reside, nível de escolaridade, renda familiar, os motivos que os levaram a buscar emprego, os principais desafios encontrados ao tentar entrar no mercado de trabalho, a possível forma de superar esses desafios, o sentimento e as expectativas em relação a sua inserção no mercado de trabalho.

Do total de 23 questionários respondidos, 4 (respondentes) correspondem a jovens com a idade de 17 anos, 3 (respondentes) correspondem a jovens com a idade de 18, 4 (respondentes) correspondem a jovens com a idade de 19, 3 (respondentes) correspondem a jovens com a idade de 20, e 8 (respondentes) correspondem a jovens com a idade de 21 anos, sendo a maioria dos respondentes

da pesquisa e a minoria a idade de 22 anos, com apenas 1 questionário respondido. Conforme mostra o Gráfico 2:

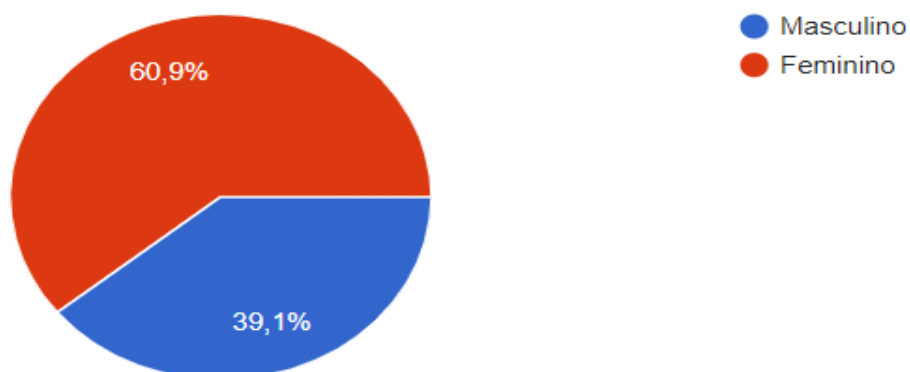
Gráfico 2 - Idade x respondentes



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quando se trata da situação por gênero, é possível observar que a maioria se identifica como sendo do gênero feminino, 14 respondentes, o equivalente a 60,9%. Referente aos que se identificam como sendo do gênero masculino, foram 9 respondentes, correspondendo a 39,1% do total dos questionários aplicados. Conforme o gráfico 3:

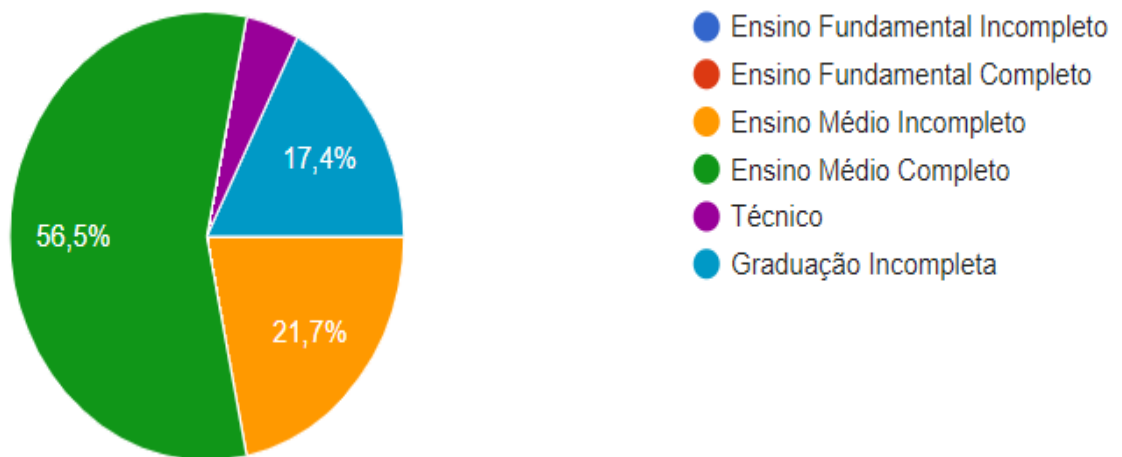
Gráfico 3 - Gênero da amostra da população (em %)



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Acerca do nível de escolaridade, a maioria possui ensino médio completo (56,5%), correspondendo a 13 respondentes, sendo 7 do gênero masculino e 6 do gênero feminino. Em seguida, 5 pessoas (21,7%) com ensino médio incompleto, prevalecendo a idade de 17 anos e somente uma pessoa com 21 anos nessa situação. Logo em seguida 5 respondentes (17,4%) do gênero feminino, cujo grau de escolaridade corresponde a graduação incompleta, e apenas uma com nível técnico. Conforme ilustra o gráfico 4:

Gráfico 4 - Nível de escolaridade da amostra da população (em %)

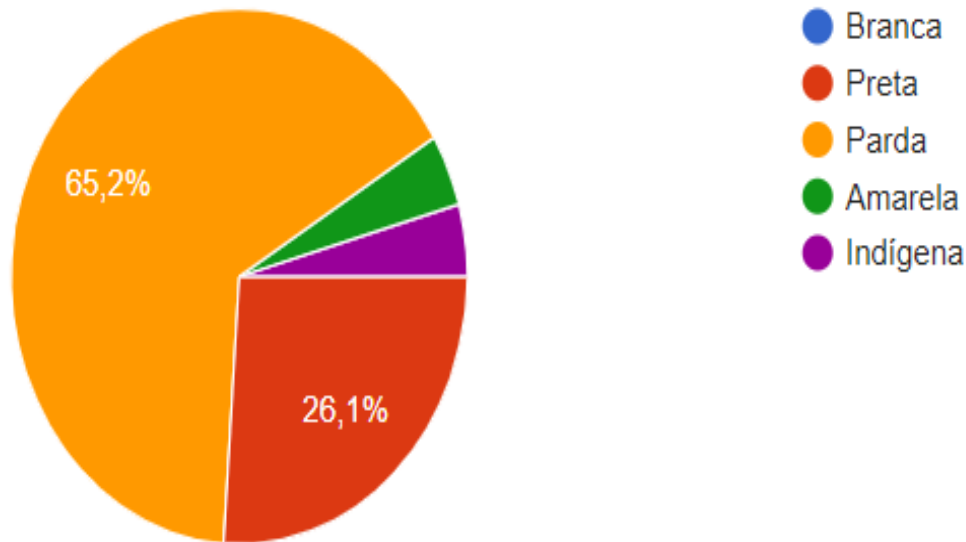


Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observou-se na amostra que o nível de escolaridade é maior entre as mulheres e menor entre os homens. De acordo com as estatísticas de gênero e indicadores sociais divulgados pelo IBGE, diversos indicadores confirmam uma tendência de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens. A frequência escolar das pessoas de 15 a 17 anos é similar, para a faixa etária de 18 a 24 anos o percentual de mulheres na escola é superior. Observa-se ainda uma considerável desigualdade entre as mulheres por cor ou raça e um menor grau de instrução entre os homens pretos ou pardos, sendo o grupo com os piores resultados educacionais. Como resultado da trajetória escolar desigual, relacionado a papéis de

gênero e à entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens (IBGE, 2018).

Gráfico 5 - Raça/Cor



Fonte: Elaboração própria, 2022.

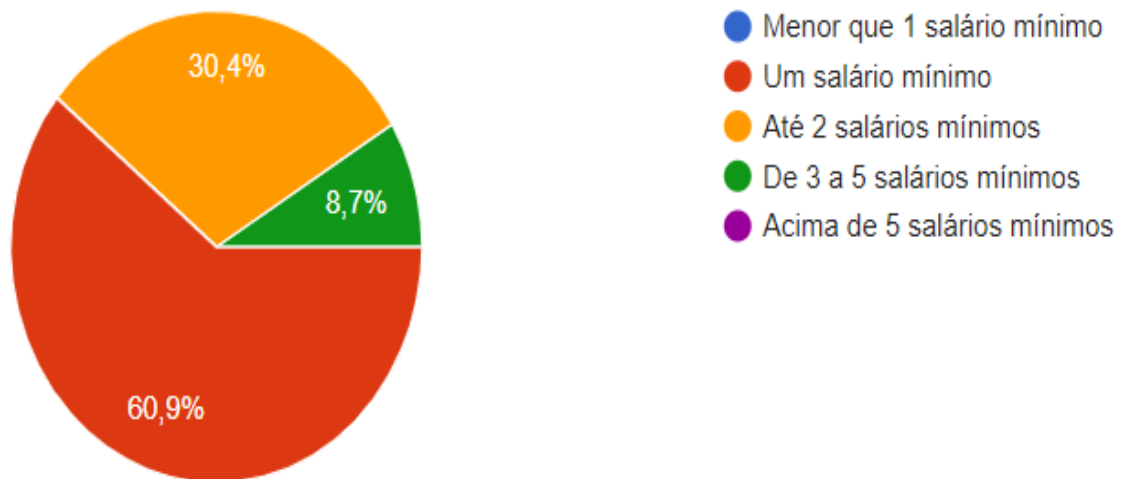
No que concerne à declaração racial dos respondentes a maioria se identifica como pardo(a), em segundo vem preto(a) e logo após amarela e indígena, não havendo nenhum respondente que se identifique como branco(a). Pardo(a) corresponde a 65,2% (15), preto(a), 26,1% (6), amarela 4,3% (1) e indígena 4,3% (1).

Nota-se que das pessoas que se autodeclararam pretas, a renda familiar é a menor de todas, sendo pior entre as pessoas de gênero masculino, o equivalente a um salário mínimo. Segundo informativo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil divulgado pelo IBGE, tais desigualdades envolvem aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do país, seja no mercado de trabalho, na distribuição de rendimento e condições de moradia, na educação ou nas representações políticas. (IBGE, 2019)

A desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem sobretudo a população preta ou parda.

Independentemente do nível de instrução, o nível de rendimento se mantém desigual. Tais resultados são influenciados pela forma de inserção das pessoas de cor ou raça preta ou parda no mercado de trabalho, seja por postos de trabalho de menor remuneração ou possuir menor representatividades nos cargos de altos níveis. De acordo com o informativo “Em 2018, enquanto o rendimento médio das pessoas ocupadas brancas atingiu R \$17,0 por hora, entre as pretas ou pardas o valor foi R \$10,1 por hora”, nota-se, portanto, uma grande disparidade entre a população de cor ou raça branca e a população preta ou parda. (IBGE,2019). No gráfico abaixo é possível visualizar a renda familiar da amostra coletada:

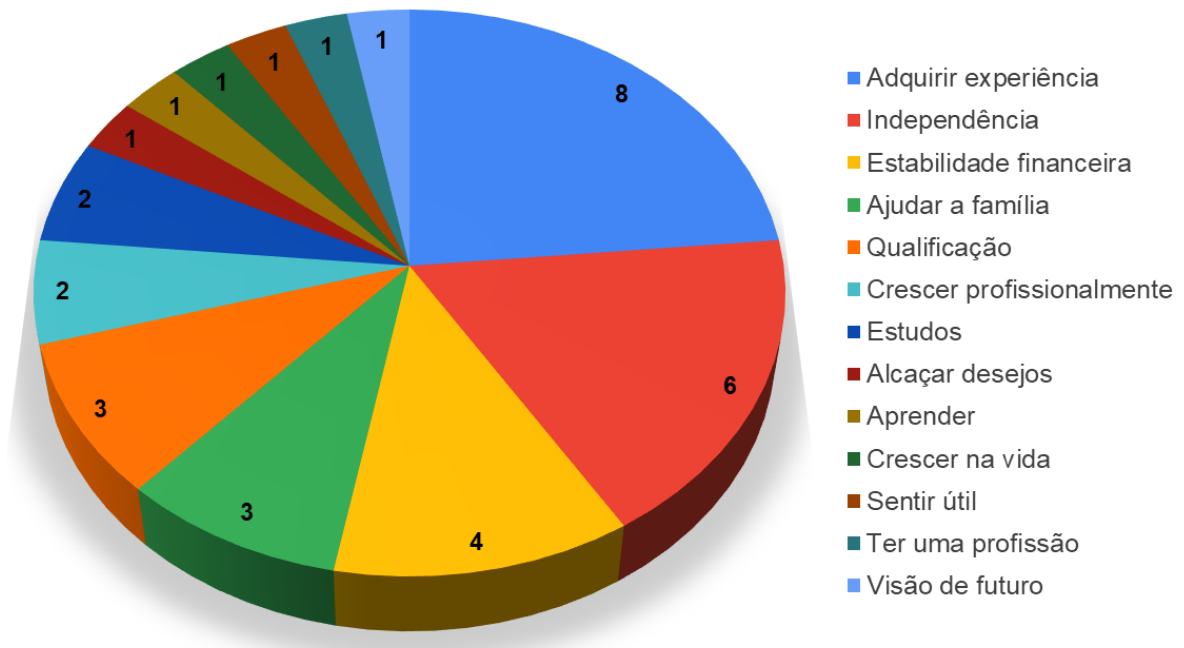
Gráfico 6 - Renda familiar da amostra da população (em %)



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A renda familiar de 60,9% (14) da amostra é de um salário mínimo, dos outros 30,4% (7) é de até 2 salários mínimos, e a minoria possui a renda familiar de 3 a 5 salários mínimos, o equivalente a 8,7% (2). Dos que possuem a maior renda, ambos são do gênero feminino, com idade de 17 e 18 anos, de raça ou cor parda, dentro do nível de escolaridade correspondente a idade, sem atraso, ensino médio incompleto e graduação incompleta, respectivamente. Destaca-se que nenhum dos respondentes possui renda inferior a 1 salário mínimo e nem superior a 5 salários mínimos.

Gráfico 7 - Motivos que levam a buscar emprego



Fonte: Elaboração própria, 2022.

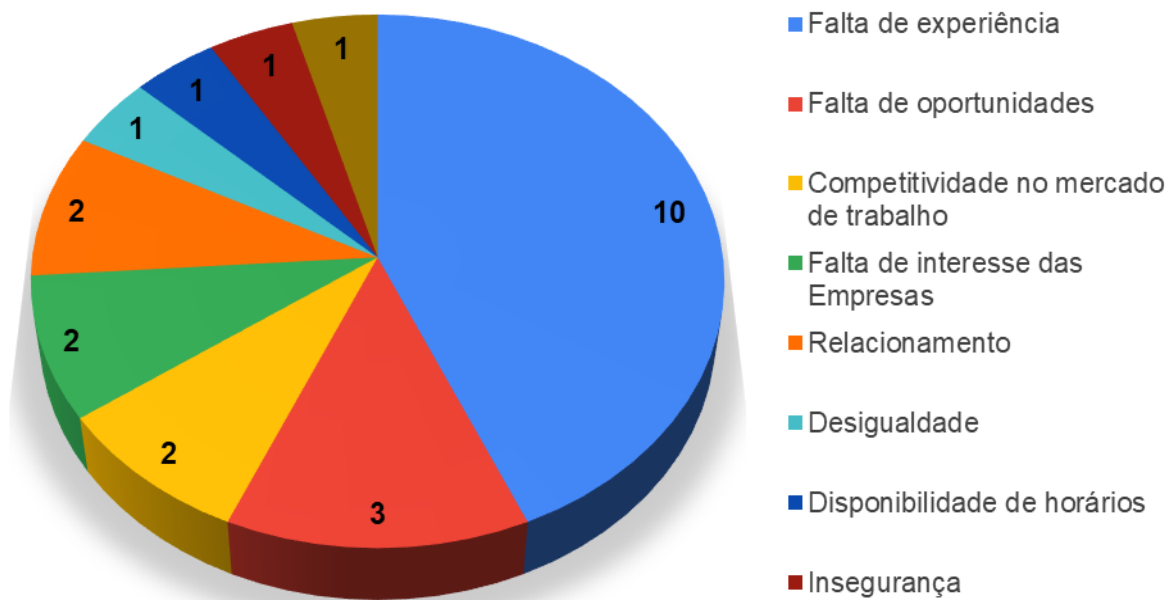
Dos motivos que levaram os jovens a buscar emprego (foram citados mais de um motivo por pessoa), em primeiro lugar está a necessidade de adquirir experiência, foi citado 8 vezes (23,5%), em segundo está o desejo de ser independente, sendo citado 6 vezes (17,6%), logo em seguida a busca por estabilidade financeira, mencionado 4 vezes (11,8%) seguido da necessidade ajudar a família e sentir qualificado para o mercado de trabalho, sendo citados 4 vezes (8,8%), respectivamente.

Os citados em menor número, relacionam-se a alcançar desejos, a aprender, a crescer na vida, a crescer profissionalmente, a suprir necessidade de se sentir útil, a possuir uma profissão e ter uma visão de futuro. Para Maia e Mancebo (2010) “a ideia de que o futuro depende de cada um individualmente não é questionada por esses jovens, mas está arraigada em seus discursos, constituindo quase uma verdade universal inerente ao mundo em que vivem.”

Algumas das respostas foram: “sou bem novo, bastante motivado, desejo trabalhar para ajudar minha família e ter meu direito como cidadão”, “ter meu dinheiro, não depender dos meus pais para comprar algo”, “estou procurando estabilidade financeira, poder ajudar minha família e ter uma visão de futuro”, “buscar uma

qualificação profissional, independência financeira”, “a necessidade de se sentir útil, podendo ajudar quando preciso for, e poder fazer o que me for possível, por conta própria”, “pagar a faculdade”, “interesse, vontade aprender coisas novas e obter novos conhecimentos”.

Gráfico 8 - Desafios mencionados ao tentar entrar no mercado de trabalho

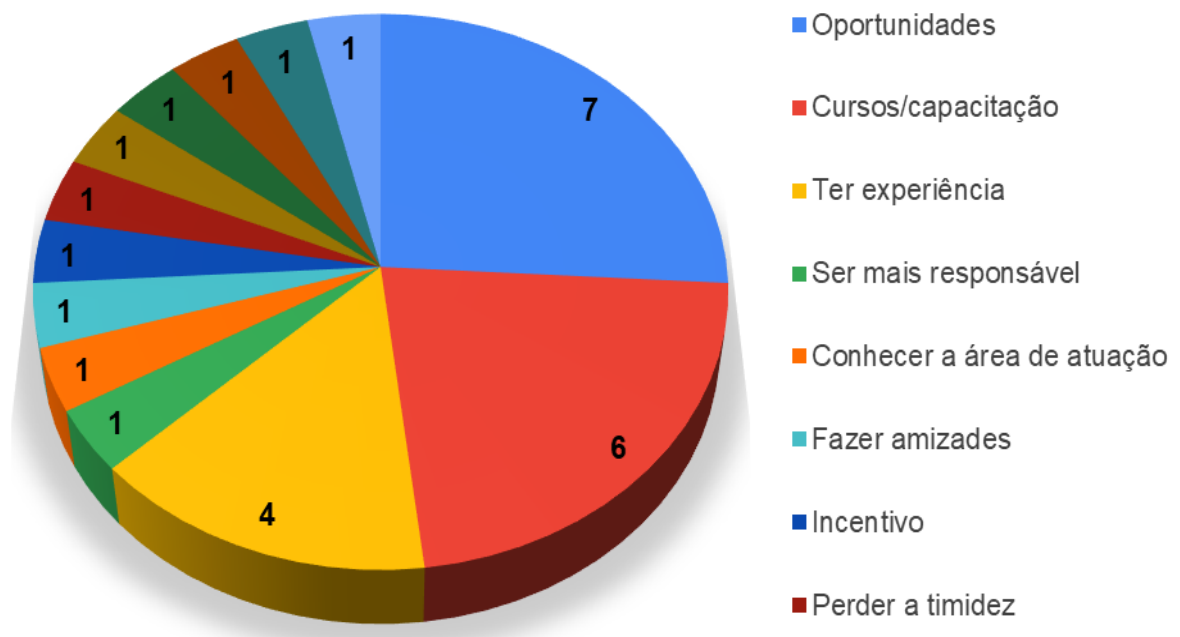


Fonte: Elaboração própria, 2022.

Em relação aos desafios que os jovens enfrentam ao tentar ingressar no mercado de trabalho, destaca-se a falta de experiência (43,5%), em segundo a falta de oportunidades (13%), questões ligadas ao relacionamento, por exemplo timidez ou desentendimentos no local de trabalho (13%), seguido competitividade do mercado e falta de interesses das empresas em contratar jovens (8,7%), e por fim motivos relacionados à disponibilidade de horários, desigualdades e insegurança (4,3%).

Algumas das respostas quando foram questionados a respeito foram: “as empresas sempre procuram pessoas com experiência, até mesmo quando é jovem aprendiz”, “maioria dos locais as vagas já estão preenchidas”, “falta de oportunidades para jovens”, “insegurança na entrevista de emprego”, “o desafio de trabalho não vou ter, tenho facilidade de aprender, sou vou ter dificuldade em enturmar e falar para muita gente”, “timidez atrapalha muito, principalmente nas entrevistas”.

Gráfico 9 - Possíveis formas de superar os desafios



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quando questionados sobre as possíveis formas de superar os desafios apontados, 24% citaram que a partir da geração de oportunidades por parte das próprias empresas, abrindo mais vagas. Em segundo, 20% dos respondentes mencionaram que a oferta de cursos que resultem em capacitação profissional, e núcleos de inserção profissional. Em seguida, com 16%, somente se possuir alguma experiência é que poderia facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Algumas das respostas obtidas foram: “aumentando as ofertas de vagas, capacitação para o jovem que não têm oportunidade e condições de pagar um curso”, “dando mais oportunidades para os jovens que não tem experiência no mercado de trabalho, assim geram a primeira oportunidade entre emprego”, “realmente nunca desistir, continuar na luta até a conquistar seus objetivos”, “somente ingressando em algum emprego”.

Gráfico 10 - Sentimento em relação ao mercado de trabalho

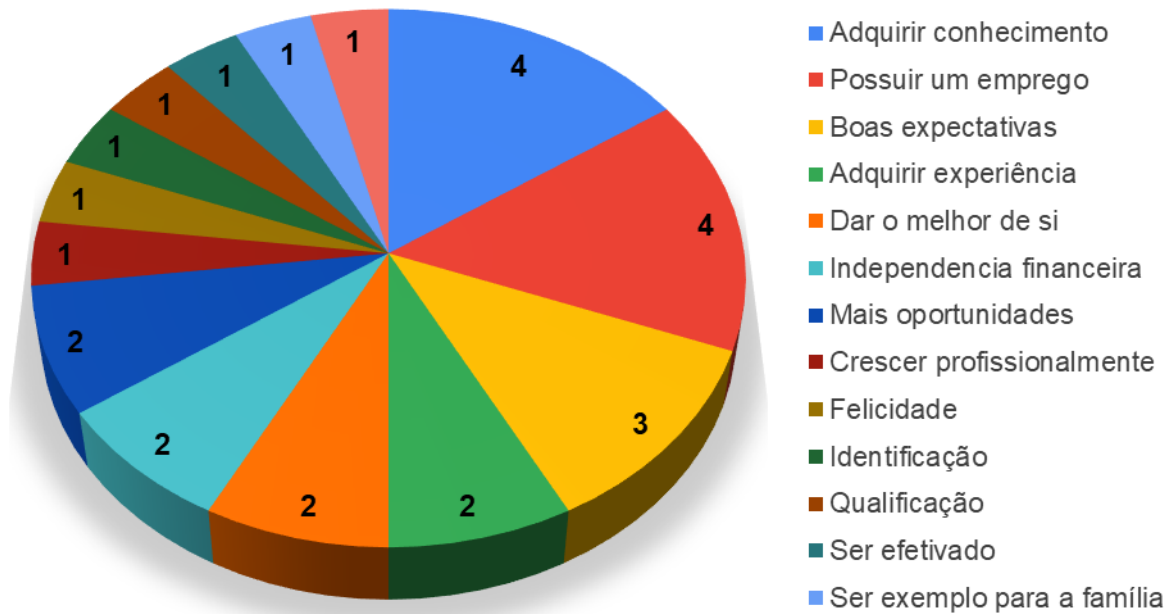


Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ao serem questionados sobre o que sentem em relação ao mercado de trabalho, houve maior diversidade nas respostas obtidas, conforme mostra o gráfico 10. Dado a subjetividade da pergunta, estar ansioso(a), pressionado(a), confiante, ou sentir-se pequeno(a), é relativo a cada indivíduo. Conforme afirma Maia e Mancebo (2010) “a crença nas próprias capacidades e a dedicação que empregam em seu desenvolvimento profissional, por um lado, e as dificuldades do mercado de trabalho – a alta competitividade, a exigência de ampla qualificação e a escassez de emprego –, por outro, leva esses jovens a flutuar entre esperanças e medos.”

Algumas das respostas obtidas foram: “Me sinto preparada para entrar no mercado”, “me sinto pequeno em relação ao mercado de trabalho, me sinto atrasado mesmo sendo menor de idade.”, “o mercado de trabalho é cada dia mais disputado e as empresas estão exigindo cada dia mais dos candidatos”, “Feliz e nervoso”, “com certeza uma pressão muito grande, pois “quem não trabalha, não sobrevive”, mas ainda assim procuro me manter firme e confiante para tentar”.

Gráfico 11 - Expectativas para a inserção no mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quanto às expectativas para a inserção no mercado de trabalho, espera-se em primeiro lugar possuir um emprego, em segundo, adquirir conhecimento e ter a oportunidade de engajamento e aprender coisas novas, em seguida, possuem apenas boas expectativas para o futuro, esperam mais oportunidades de inserção no mercado, bem como adquirir experiência e possuir independência financeira. Conforme afirma Maia e Mancebo (2010), “apesar de acreditarem que o futuro e o sucesso profissional dependem do esforço e do talento de cada um individualmente, (...) seus projetos denotam o quanto suas escolhas estão sujeitas a fatores externos, à forma como as possibilidades serão a eles apresentadas.”.

Algumas das respostas obtidas foram: “um bom emprego com vale transporte e alimentação. Gostaria de uma profissão com direito a médico e um bom patrão.”, “Ter um futuro brilhante de exemplo pra família”, “crescer profissionalmente e ter independência financeira”, “Almejo minha independência financeira colocar em prática meus conhecimentos de forma que possa contribuir na empresa e no futuro encontrar uma que me faça bem feliz”, “que eu consiga algo que me identifique”, “espero que seja possível eu fazer minhas formações, com segurança de ir até o final, e conseguir servir utilmente para a família”.

É notório como questões ligadas ao nível de escolaridade afetam a posição e a qualidade da vaga de emprego que será ocupada no mercado de trabalho pelos jovens. Observou-se que o nível de instrução entre as pessoas do gênero feminino é maior que a do gênero masculino, sobretudo quando se compara aos que se declararam como do gênero masculino de cor ou raça preta, o mesmo ocorre com a faixa de renda familiar.

Dentre os diversos motivos que os levaram a buscar a inserção no mercado de trabalho, destaca-se a necessidade de adquirir experiência, bem como o desejo de possuir independência financeira para ajudar a família, para pagar despesas relacionadas à continuidade dos estudos e qualificação. Notou-se, que o sentimento de utilidade, seja para si mesmo ou para a família, é um catalisador na busca por emprego.

Atentar para os desafios apontados pelos jovens significa conceber a ideia de que é necessário ações estratégicas e de planejamento de políticas públicas a partir da ótica da juventude como construção social, cultural e histórica. Questões ligadas às desigualdades, a falta de oportunidades que levem a conseguir experiência e estão relacionadas intrinsecamente aos fatores do desenvolvimento do estado brasileiro, perpassando por questões como raça, gênero e classe social.

Sendo assim, é importante salientar a necessidade de se fazer ouvir a juventude, de forma que fique claro os sentimentos e as expectativas ao buscar inserir-se no mercado de trabalho, servindo assim como uma espécie de termômetro e parte do processo de construção quando se trata de políticas de geração de emprego e renda, principalmente para os mais vulneráveis, que são historicamente excluídos dos processos de construção de ideias e dos espaços de tomadas de decisões.

Para Pochmann (2007) “A emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social.” fato agravado pelas crises e pela diminuição dos postos de trabalho que se torna incapaz de gerar ocupações para todos os que queiram ingressar no mercado. (POCHMANN, 2007).

Dessa forma, a partir da estratégia de inclusão social há a possibilidade de emancipação social, política e econômica das juventudes. Quando se trata de Trabalho Decente e das prioridades da agenda estabelecida para a juventude, os

pontos de convergência são: a promoção dos direitos fundamentais no trabalho, o emprego, a proteção social e o diálogo social. (ABRAMO, 2010).

A noção de Trabalho Decente, vai além da geração de postos de trabalho e do combate ao desemprego, abrange dimensões quantitativas e qualitativas, a superação de formas de trabalho com remuneração injustas que impossibilitem a superação da pobreza, atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes que ponham em risco a vida. (ABRAMO, 2010). Para Abramo (2010) “O conceito de Trabalho Decente acrescenta, à noção anteriormente consolidada de um emprego de qualidade, às noções de direitos, proteção social, voz e representação”, sendo o trabalho decente uma forma de dignidade humana.

No que concerne ao emprego, é importante garantir um padrão mínimo de qualidade do emprego gerado, abrangendo diversos fatores como: aspectos das relações sociais de trabalho, os contratos de trabalho, a remuneração e os aspectos relacionados à segurança e ao desenvolvimento seguro das atividades. (ABRAMO, 2010). A promoção do trabalho decente, também se apoia na noção de equidade entre e redução das desigualdades entre os grupos presentes na sociedade, seja relacionado a gênero, condições socioeconômicas, raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual, e religiosas, entre outras. (ABRAMO, 2010). Assim, a promoção do trabalho parte do compromisso compartilhado por governos, organizações de empregadores e trabalhadores, a fim de reduzir significativamente as desigualdades sociais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude foi tradicionalmente tematizada como fase transitória para a vida adulta. Do significado de juventude no período romano ao significado atribuído hoje, permite-se considerar a juventude como uma categoria socialmente construída, sendo os sentidos e as representações das juventudes modificados conforme a organização social e econômica vigente. Sendo assim, a partir da necessidade de englobar as suas mais diversas representações e considerá-la como categoria social, tornou-se possível pensar políticas públicas inclusivas para as juventudes.

Esse trabalho pretendeu a partir de um resgate histórico acerca da juventude, ressaltar momentos importantes para se chegar na concepção de jovens como verdadeiros sujeitos de direitos, que precisam de maior atenção do poder público, bem como de toda a sociedade. Para tanto, fez-se uso de uma pesquisa qualitativa e exploratória, empregando como procedimentos técnicos e ferramentas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a aplicação de questionários.

Os questionários revelaram que a falta de experiência é o principal desafio enfrentado pelos jovens ao tentar ingressar no mercado de trabalho. Pela ótica dos sujeitos, destaca-se ainda que é preciso mais oportunidades, tais desafios podem ser superados por meio de capacitação, cursos ou aumentos das vagas de emprego para jovens.

Quando se refere às expectativas, alguns apenas querem conseguir um emprego, outros buscam adquirir conhecimento e ter a oportunidade de engajamento e aprender coisas novas. No geral, as expectativas para a inserção no mercado de trabalho são positivas, no entanto, percebe-se que os sujeitos atribuem a si mesmo a responsabilidade de “fazer dar certo”, mesmo quando não depende exclusivamente deles, estando sujeitos a fatores externos.

Dessa forma, embora a cidade de Fortaleza tenha políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda para as juventudes que promovam a qualificação profissional a fim de inseri-los no mercado de trabalho, ainda é necessário proteger e proporcionar aos jovens condições para o seu pleno desenvolvimento devido a sua maior vulnerabilidade. Portanto, é importante buscar reduzir seu grau de

vulnerabilidade através de políticas públicas, não esquecendo de torná-los sujeitos do processo. Para alcançar o Trabalho Decente, a equidade, a segurança o trabalho adequadamente remunerado capaz de garantir vida digna, é importante a promoção dos direitos fundamentais o trabalho, o emprego, a proteção social e o diálogo social.

É válido salientar que devido ao número reduzido da amostra da população, não foi possível colher mais percepções, observou-se que as respostas se repetiram em determinadas perguntas em outras não, fato atribuído a quantidade de questionários respondidos. Destaca-se ainda, por se tratar de um campo de estudo vasto, a possibilidade de incluir outras faixas-etárias das juventudes em pesquisas futuras, de forma que seja possível contribuir para o diálogo e participação das juventudes em outros espaços. Para além, academicamente, espera-se que este trabalho contribua para o surgimento debates e discussões e traga estímulos para incentivar um olhar crítico sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Trabalho Decente**: o itinerário de uma proposta. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 20, n. 2-3, p. 151-171, 2010.

ABRAMO, H. **Jovens e cidadania**: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo. 1997.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. **Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira**. 2015.

ALVES, J. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.

BRASIL. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília, DF: MTE, Segpres, OIT, 2010. Disponível em:

<https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_226229/lang--pt/index.htm>

BRASIL. **L10097**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de

janeiro de 1990, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.html.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da juventude**: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 / Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1210>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA. **Agenda Nacional de Trabalho Decente, 2006**. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_226229.pdf

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352>. Acesso em: 4 jul. 2022.

CORSEUIL, C.H.; BOTELHO, R. U.; NERI, M. C. (EDS.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CORSEUIL, C; FRANCA, M. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise**. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210107_bmt_70_dossie_a1.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2022.

CORSEUIL, C; POLOPONSKY, K; FRANCA, M. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. 2020.

COSTA, M; COUTINHO, E. Educação profissional e a reforma do ensino médio: Lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1633-1652, 2018.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, p. 40-52, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

EXAME. **Feliz ou perdido? Como o jovem do Brasil encara o trabalho.** 2015 Disponível em: <<https://exame.com/carreira/feliz-ou-perdido-como-o-jovem-do-brasil-encara-o-trabalho/>>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza reabre inscrições do programa Jovens Talentos para seleção de estagiários.** Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-reabre-inscricoes-do-programa-jovens-talentos-para-selecionar-estagiarios>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FORTALEZA. Lei Ordinária nº 9.816, de 11 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1160/text.>> Acesso em: 29 de junho de 2022.

FREZZA, M., MARASCHIN, C. E SANTOS, N. S. “**Juventude como problema de políticas públicas**”. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnppnyg3gD/?format=pdf&lang=p>>. 02 de junho de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

GROPPO, L. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

GROPPO, L. **Introdução à sociologia da juventude.** Paco Editorial, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Primeiro Passo:** Com capacitação remota, jovens seguem conseguindo espaço no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/04/23/primeiro-passo-com-capacitacao-remota-jovens-seguem-conseguindo-espaco-no-mercado-de-trabalho/> Acesso em: Acesso em: 02 de junho de 2022.

IBGE. **Pirâmide Etária-2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso em: Acesso em: 16 de maio de 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2020.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_4tri.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2021

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Disponível em: <liv101681_informativo.pdf (ibge.gov.br)> Acesso em: 29 de junho de 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

IBGE. Indicadores. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil**

2012-2020. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaques_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2022

IDT. **Institucional.** Disponível em: <<https://www.idt.org.br/institucional/sobre-o-idt>> Acesso em: 7 de junho de 2022

IDT. **O Impacto da Pandemia na Juventude Cearense.** Disponível em: <<https://idt.org.br/content/arquivos/publicacoes/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMI%20NA%20JUVENTUDE%20CEARENSE.pdf>> Acesso em: 1 de junho de 2022.

IPEA. **Diálogo social e trabalho decente para a juventude no Brasil.** Organização Internacional do Trabalho (OIT); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015.

IPECE. **Termômetro do Mercado de Trabalho 4º Trimestre / 2020.** Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2021/03/Termometro_do_Trabalho_4trim_2020_14.pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2022.

JUVENTUDE. **Oxford Languages.** Disponível em: <<https://www.google.com/conceito=juventude>> Acesso em: 7 de junho de 2022.

LORIGA, S. “A experiência militar”. In: LEVI, G. & SCHIMITT, J.C. (Orgs.). História dos jovens: a época contemporânea. São Paulo: **Cia. das Letras**, vol. 2, 1996, p. 36.

MAIA, A. A. R. M.; MANCEBO, D. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010. Acesso em 02 jul. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Neri, M; Hecksher, M. Jovens: **Projeções Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ – Junho/2021 - FGV Social –37 páginas. Parte integrante do Projeto Atlas das Juventudes

NOVAES, A. O Jovem na Literatura Acadêmica: Elementos para um Estado da Arte dos Estudos da Juventude . **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 28, n. 2, p. 246, 25 out. 2018.

NUNES, M; FERNANDEZ, C. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 19, p. 64-72, 2016.

PERROT, M. “Figuras e papéis”. In: ARIÉS, P. & DUBY, G. (Orgs.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, vol.4, 1991.

PINI, V; VALORE, L. O desamparo na construção do futuro de jovens em programas de assistência social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 1, p. 103-119, 2017.

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. **São Paulo**, 2007.

REIS, M. C. **Uma análise das características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras**. In: CORSEUIL; C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, 2014.

Russo, F ; Corseuil, C. **Brasil › Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Mercado de Trabalho**. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_827549.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SILVA, C; LOPES, R. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2009.

SILVA, R. S. DA; SILVA, V. R. DA. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011.

SPOSITO, MP.; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p. 16-39, São Paulo, 2003.

SOUZA, D; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v. 12, p. 76-85, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2019/10/guia-de-citacao-06.10.2019.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ZAPPELLINI, M. B., FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

O presente questionário tem o objetivo de coletar informações sobre os desafios e as expectativas dos jovens em relação à inserção no mercado de trabalho em Fortaleza. A pesquisa busca compreender a percepção dos jovens, investigar possíveis caminhos para a superação dos desafios e discutir as dificuldades e as expectativas enfrentadas. Assim, a presente pesquisa busca coletar, através de respondentes voluntários, informações necessárias para a conclusão da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As respostas contidas neste questionário não serão divulgadas e será garantido a confidencialidade.

1. Idade:
2. Gênero: () Masculino () Feminino () Outros:
3. Raça/Cor: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena
4. Bairro em que reside:
5. Nível de escolaridade:
 - () Ensino fundamental incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Técnico
 - () Graduação Incompleta
6. Renda Familiar:
 - () Menor que 1 salário mínimo
 - () Um salário mínimo
 - () Até 2 salários mínimos
 - () De 3 a 5 salários mínimos
 - () Acima de 5 salários mínimos
7. Quais motivações levaram você a buscar emprego?

8. Quais os principais desafios que você encontra ao tentar entrar no mercado de trabalho?
9. Na sua opinião, de que forma seria possível superar esses desafios?
10. Como você se sente em relação ao mercado de trabalho?
11. Quais suas expectativas em relação à inserção no mercado de trabalho?